

Educação popular e movimentos sociais: possibilidades de relações democráticas

Milton César Gerhardt¹, Walter Frantz²

Resumo

O presente artigo decorre de leituras, reflexões e debates, no âmbito de pesquisa sobre iniciativas de organização popular por direitos, participação democrática e educação em movimentos sociais de resistência. O direito de escolha com a participação de todo cidadão na vida social é fruto de movimentos, por vezes, de resistência. Trata-se de movimentos de reação que nascem de políticas restritivas a uma sociedade mais justa e igualitária. No seio dessas experiências, constituem-se possibilidades de ações educativas de processos de democratização. Como processos sociais, esses movimentos instauram possibilidades de participação, de criatividade, de protagonismo. Neste texto, propõe-se refletir, especialmente, sobre educação popular e sua relação com a democracia, a partir desses movimentos como experiências políticas de educação. Busca-se vislumbrar possíveis alternativas de ação aos movimentos sociais atuantes e resistentes a interesses de projetos do capital, a partir da educação popular. A partir disso, vislumbra-se a possibilidade de inserir e integrar novas práticas educacionais/sociais que ousem ser democráticas na sua própria concepção, pois existe a necessidade de se aprofundar experiências que façam frente às resistências numa perspectiva de melhorar os processos sociais de representatividade e participação popular.

Palavras-chave

Democracia. Consciência crítica. Educação Popular.

1. Doutorando em Educação nas Ciências por na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil; professor da rede estadual de educação do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: miltoncesargerhardt@yahoo.com.br.

2. Doutor em Ciências Educativas: Sociologia, Pedagogia e Ciências Políticas pela Universidade de Münster, Alemanha; professor titular da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: wfrantz@unijui.com.br.

Popular education and social movements: possibilities of democratic relations

Milton César Gerhardt*, Walter Frantz**

Abstract

This article is based on readings, reflections and debates, in the context of research on initiatives about popular organization for rights, democratic participation and education in social movements of resistance. The right of choice with the participation of every citizen in social life is the result of movements, which sometimes have something to do with resistance. These are movements of reaction, which arise from restrictive policies to a fair and egalitarian society. Within these experiences, the possibilities of educational actions of processes of democratization are constituted. As social processes, these movements establish real possibilities for participation, creativity and protagonism by themselves. In the text, it is proposed to reflect, especially, on a popular education and its relationship with democracy, from these movements as political experiences of education. It seeks to glimpse many possible alternatives of action to social movements, active and resistant to the interests of capital projects, based on popular education. From this, we envisage the possibility of inserting and integrating news educational/social practices which dare to be democratic in their own conception, since there is a need to deepen experiences that face resistance in order to improve the representative social processes and also the popular participation.

Keywords

Democracy. Critical awareness. Popular Education.

* PhD student in Education in Sciences, Regional University of the Northwest of the State of Rio Grande do Sul, Brazil; professor of the state education network of Rio Grande do Sul, Brazil. E-mail: miltoncesargerhardt@yahoo.com.br.

** PhD in Educational Sciences: Sociology, Pedagogy and Political Sciences, University of Münster, Germany; professor at the Regional University of the Northwest of the State of Rio Grande do Sul, Brazil. E-mail: wfrantz@unijui.com.br.

Introdução

No contexto conturbado do atual cenário político, econômico, cultural e social no Brasil, surgem muitas incertezas acerca da democracia na sociedade brasileira. Entre essas incertezas, certamente está o modo de atuação dos movimentos sociais, em processos de democratização. Nesse contexto, nasce uma pergunta sobre possibilidades de atuação cidadã, que diz respeito à educação. Qual o lugar da educação em movimentos sociais como processos de resistência? A educação pode ser uma possibilidade histórica na vida das pessoas ou de uma sociedade, mas ela não existe em si e por si. Ela é produzida na relação dos seres humanos em todos os seus espaços de vida e tem um sentido político de emancipação. Desse entendimento, historicamente, nasceu o conceito de educação popular.

Ao Brasil como à América Latina, historicamente, foram impostos duros contextos de repressão, especialmente, nos anos de 1960 e 1970. Por imposição externa e mantidos, internamente, por forças militares e conservadoras, foram implantados governos que buscaram impedir qualquer avanço democrático por forças populares. Entretanto, nesse contexto de duras repressões, a partir da década de 1980, começaram a emergir movimentos sociais, que se constituíram como grupos de resistência, procurando a promoção social com novas formas de organização, de luta por direitos e procurando desenvolver uma democracia representativa (SANTOS, 2009). Esse cenário de tensionamentos, diferentes atores e movimentos sociais procuraram afirmar espaços em que o poder fosse ser o do povo,

ou seja, o popular³. Assim, pode-se afirmar que foi com a pretensão de empoderar⁴ o povo que experiências de democracia nasceram, a exemplo, as experiências de orçamento participativo ou do Fórum Social Mundial que Boaventura de Souza Santos (2009) tem como referência teórica no cenário brasileiro. Trata-se de processos e formas de organização da sociedade, a partir dos interesses universais dos cidadãos (CATTANI, 2001). Sob esse viés político, os movimentos sociais como forças emergentes, ancorados na educação popular, pautam questões que se relacionam aos interesses coletivos e aos direitos dos indivíduos que compõem a sociedade. Dentre essas questões, pode-se citar a participação ou a democratização das decisões políticas, isto é, do poder como exercício de participação e democratização.

Em meio ao cenário histórico de opressão, no Brasil e na América Latina, apesar das dificuldades, surgiram movimentos sociais que, acima de tudo, passaram a lutar pelo reconhecimento da diversidade cultural, pelo direito às diferenças, constituindo processos de educação política, como aborda Gohn (2013). Para ela, os movimentos sociais possuem um caráter educativo de aprendizado para potencializar os protagonismos dos atores envolvidos nos processos de redefinição das lutas e da busca de direitos. Assim, podem constituir processos educativos com possibilidades de contribuir à conscientização e formação de sujeitos críticos.

Os movimentos sociais, como expressões de educação popular, constituem elementos de resistência e de criatividade na construção de projetos populares alternativos, antagônicos

3. Entende-se por popular algo próprio da concepção que emana do povo, da população em geral. Em base a Milton Santos (2003) poderia se expressar como o movimento que emerge dos debaixo.

4. Entende-se por *empoderar* uma atitude individual, a qual torna coletivo seu interesse em incidir no mundo, procurando coletivizar questões que possam ser comuns às pessoas. É o ato de estabelecer um vínculo de potencial humano naquela pessoa que se sente incapacitada e que estabelece em si e nos outros um encorajamento necessário para enfrentar situações desafiadoras que lhes advém do mundo.

às formas hegemônicas de pensar, nascidas e partidas do primeiro mundo (países do Norte), que abordam o conhecimento como certo e único da sua forma científica de pesquisa. Seria essa forma ainda uma herança do pensamento escolástico de entender e explicar o mundo, que teve suas raízes na sociedade europeia, mas, também, com forte poder de influência na cultura latino-americana como um constante processo ainda de descolonização.

Na atualidade, o elemento novo é não apenas fazer o processo de resistências, mas também lutar por direitos que demandam participação e envolvimento constante com o objetivo de conquistar e procurar consolidar as reivindicações em questão. Nesse contexto, surge a pergunta em relação à educação e, especialmente, à educação popular: quais as possibilidades da educação em processos sociais de resistência? Parte-se do pressuposto que a área da educação e seu potencial em processos educativos e pedagógicos podem contribuir com o desenvolvimento de formas de sociabilidade e desobjetividades, com a constituição e ampliação de uma cultura política crítica, no sentido da construção de processos de participação e comprometimento com os direitos humanos, isto é, com as relações sociais democráticas.

No atual cenário brasileiro e mundial, da parte de diversos grupos, mas, de modo especial, dos movimentos sociais, surge a iniciativa de aperfeiçoar cada vez mais a democracia. Inúmeras discussões levam a tensionamentos e um dos primeiros passos a serem dados é a democratização dos espaços da sociedade. Analisando o cenário, pode-se perceber que há, na sociedade do espetáculo⁵, promovido de modo especial pelas elites que, além das riquezas (grandes propriedades de terra, de modo especial), concentraram sob o seu domínio os meios de comunicação, um jogo político reacionário, profundamente

conservador, que está ancorado e tem suas raízes históricas em contextos passados. Os “denuncismos” propagados pelos meios de comunicação, diariamente, dão a sensação de que não há o que fazer e que todos os que desempenham um cargo político, por exemplo, são corruptos. Além do discurso de tentar colocar todos no mesmo patamar no campo político, há uma tentativa de demonizar as questões culturais, insistindo na existência de um adversário comunista que precisa ser combatido.

Conforme Gallego (2018), a ideia da narrativa de um marxismo cultural está presente como estratégia eleitoral, a qual afirma a necessidade de um conservadorismo cultural. Nesse sentido, a cada dia, impõe-se a necessidade de se contribuir para qualificar os debates de formação cultural e política, nos diferentes contextos de convivência social, na condição de sujeitos históricos e que buscam aperfeiçoar processos sociais, especialmente, do campo da educação e da cultura.

Olhar com criticidade e tencionar mudanças surgem, no atual contexto, como tarefas elementares que desafiam o sujeito a deixar de ser colonizado como mero espectador, para passar a ser protagonista da história, fortemente submetida e influenciada pelos meios de comunicação social. A exposição aos meios de comunicação e, muitas vezes, a “meias verdades”, produz riscos de vitimização e cumplicidade, ao mesmo tempo, em face ao jogo político da informação e da desinformação⁶. A vida individual e coletiva, por meio da linguagem da mídia, é atingida e penetrada, colonizando e embebedando as mentes e pensamentos de modo submisso e alienante. Trata-se de um jogo de poder que precisa ser olhado e compreendido no contexto da influência da espetacularização, promovida pelos meios de comunicação diariamente. Uma postura ética, de modo especial nos meios

5. BUCCI, E.; KEHL, M. R. Videologias: ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo, 2004.

6. <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/373168/OEA-distribui%C3%A7%C3%A3o-de-fake-news-no-Brasil-n%C3%A3o-tem-precedentes.htm>. Acesso em: 25 out. 2018.

de comunicação social, pode nascer com o emergir de uma consciência de ruptura dessa promoção de mentalidade alienante. Pode nascer do despertar da corresponsabilidade dos indivíduos. Um espírito crítico pode alimentar processos de educação e de afirmação de nova ética que sustente esperanças acerca das possibilidades de uma sociedade mais democrática, ecologicamente correta e socialmente justa.

A educação como ponto de partida

A educação como conceito e prática é uma questão que, historicamente, sempre gerou debates. Trata-se de um campo de convergências e divergências. Assim, também o momento histórico atual da sociedade brasileira, confuso e conturbado, remete à educação desafios para além do habitual. Os cortes nos orçamentos, em vista de dificuldades financeiras ou de interesses de poder, ligados à educação, remetem à busca de alternativas. Requer que avaliemos o uso dos recursos, destinados à educação. No entanto, na condição de profissionais da educação, também, requer que busquemos soluções, questionando políticas governamentais de “enxugamento de custos”, de governos neoliberais, ligados a grupos hegemônicos de poder que precarizam e sucateiam áreas vitais necessárias e importantes à população em geral, como educação, saúde e segurança. Certamente, essa situação traz uma questão de fundo: a constituição de sujeitos de conhecimento, pelo caminho da educação, que possam assumir seu lugar político de cidadãos, no contexto dos debates, que decorrem das dificuldades e dos interesses em jogo. Essa questão traz ao campo do debate a educação popular. As dificuldades e as perturbações na trajetória educacional e social remetem à reflexão sobre a sociedade que almejamos construir para viver. Como pensar uma sociedade mais democrática? Ênio Waldir da Silva (2014) aponta para a democracia como uma forma

de organizar a sociedade a partir dos interesses universais dos cidadãos. O modo e as inúmeras formas de vida são importantes para construir meios de participação e compartilhar o poder que acaba sendo o modo de como mudar as formas das relações sociais. Quanto a isso, Silva (2014, p. 161) escreve:

A grande questão é garantir que os indivíduos tenham capacidade de elaborar seus interesses juntos com os interesses dos outros para coletivamente os desenvolverem sem viciá-los ou confiná-los a estruturas cuidadas por poucos – como é a democracia pensada sobre a lógica do sistema. Certamente, muitos são os entendimentos quanto às práticas de democracia e seus meios de realização. A democracia como uma força que emana do povo, algo que é uma força natural, necessita de cultivo e de cuidados.

Filha da Filosofia, a democracia significou um projeto e um modo de viver coletivamente, fonte de razão pública e princípio da justiça. Carregada de riqueza em seus significados como sua própria mãe, foi sendo inspiradora para todos, inclusive para aqueles que viam nela o perigo da perspectiva da igualdade. Reis, imperadores e negociadores de interesses alheios trataram de afastar as massas desta compreensão e produzir para o povo distrações, ilusões e falsos saberes (ideologias). Platão já alertava para isso, pois expressava desconfianças na democracia quando ela fosse usada por demagogos (falsos sábios) e ignorantes. (SILVA, 2014, p. 162).

A dificuldade maior, enquanto exercício e pleno conhecimento do que seja a democracia, está na reflexão de Boaventura de Souza Santos (2009), que entende que nos espaços da sociedade estão enraizados aspectos da democracia representativa, quando se escolhe e delega a outro a função de representar. Assim, a democracia participativa como um exercício pleno de cidadania possui elementos que remetem à participação qualificada do que seja resgatar a dimensão pública e cidadã da política.

A democracia, nos dias atuais, mas, também, nos tempos que antecederam, sempre apresenta resistências por parte daqueles que querem exercer influências sobre os que pensam de maneira contrária ao entendimento hegemônico. Em contextos históricos, nos quais a repressão foi e ainda é forte, há sempre a tentativa de encontrar alternativas que possam questionar essas imposições. Dessa forma, como reação, surgem as experiências locais de movimentos sociais, de governos, de políticas setoriais de democracia participativa, que se destacam, em âmbito local, como movimento amplo de questionamento da globalização, isto é, do poder de forças externas aos interesses locais.

Segundo Boaventura de Souza Santos (2009), a democracia participativa se opõe à democracia representativa, que estamos acostumados a adotar como a possibilidade de escolher alguém que nos represente em diferentes espaços a ocupar. A democracia participativa prevê e supõe participação popular, ou seja, não basta delegar a alguém a competência que é de responsabilidade de cada cidadão ou cidadã. Sob o ponto de vista do autor, portanto, existem diferentes práticas de democracia. No caso da democracia participativa, afirma que se trata de

experiências de políticas de afirmação do Estado de direito, de planejamento territorial, de “responsabilidade social” de empresas, de participação das mulheres na luta política, de democracia participativa em suas formas clássicas ou de orçamento participativo, de afirmação de direitos sociais. Situam-se elas, sejam na contraposição entre direitos afirmados formalmente, porém costumeiramente negados na realidade, sejam no aprofundamento da relação entre cidadãos e decisões do poder político, ou de resgate de “minorias” de gênero ou de etnia. (SANTOS, 2009, p. 657).

As iniciativas de democracia participativa buscam ampliar vínculos de construção de outros possíveis modos de vida, rompendo,

quando necessário, círculos viciosos de opressão, de aprisionamento. Trata-se de iniciativas de fomento e de busca por melhores condições de vida vinculadas à saúde, educação, saneamento básico, segurança pública, entre outros. Procuram proporcionar melhores condições de cidadania, marcada por questões humanas não pautadas na concorrência, nas desigualdades sociais e corrupções, questões essas que impactam negativamente o momento histórico e social da sociedade brasileira.

A democracia e sua necessidade/ atualidade

A democracia, em Boaventura de Souza Santos (2009), aparece como um tema que se apresenta como uma alternativa. Segundo o autor, ela está emergindo do Sul, em lugares pouco considerados, em continentes como a América Latina e a África, porém sua produção, enquanto reconhecimento, ainda está sendo produzida no Norte, com destaque à Europa e a países mais desenvolvidos economicamente, enquanto reconhecimento científico e social, marcada por questões impositivas de representatividade e não de participação.

Nasociedade do mundo atual, certamente, o que de mais significativo aconteceu, no século XX, foi a emergência de processos democráticos que passaram a ocupar lugar central no campo da política. Santos (2009), como pesquisador social de países com democracia emergente, nos ajuda a pensar a democracia que emerge do Sul não como algo que vem, historicamente, sob o domínio dos países do hemisfério Norte. Tendo alguns países um período considerável de democracia, a questão que surge e que aponta para o problema que se coloca agora é sobre o significado de democracia, enquanto forma e variação. O período que a Europa viveu entre guerras (I e II Mundial e a Guerra Fria) provocou profundas discussões acerca do processo de construção da democracia. Os principais

elementos apontam para as contradições entre mobilização e institucionalização, a valorização positiva da apatia política, procurando entender o não interesse do cidadão comum pela política enquanto participante do processo de escolher os líderes que tomam as decisões de interesse da maior parte da população.

Santos (2009) aponta para a questão da “terceira onda de democratização”, que insiste na questão da democracia de baixa intensidade, na qual as práticas democráticas são questionáveis. Trata-se daquela prática pela qual o eleitor é convocado a votar e, assim, cumprir com seu papel de eleger o seu representante, porém, não mais se envolvendo em prática alguma de cobranças em relação a suas escolhas. O representante eleito, nos espaços formais do poder legislativo, acaba por decidir, através de leis, a respeito daquilo que envolve a todos os cidadãos e cidadãs. A prática democrática, cuja origem vem do Norte, impõe aos países do Sul dar continuidade a esse sistema de representação, é o embate, segundo o autor, entre democracias populares *versus* democracias liberais.

Para Santos (2009) o papel da democracia, ao longo do século XX, ficou bastante restrito a duas formas de hegemonia. A primeira aborda a suposição de que o debate europeu do período entre guerras foi o abandono da mobilização social e da ação coletiva na construção democrática; e a segunda trata de uma solução elitista do debate sobre a democracia, sem muito espaço para mecanismos societários de participação. Afirma o autor que, nas duas formas hegemônicas, “a democracia representativa elitista, propõe estender ao resto do mundo o modelo de democracia liberal-representativa vigente nas sociedades do hemisfério norte, ignorando as experiências e as discussões oriundas dos países do Sul no debate sobre a democracia” (SANTOS, 2009, p. 43).

A concepção hegemônica da democracia, segundo Santos (2009), ao abordar o problema da representação, ignora que a representação

envolve ao menos três dimensões: autorização, identidade e representação de contas. A hegemonia enquanto capacidade econômica, política, moral e intelectual de estabelecer uma direção dominante pelos países do Norte, provoca um processo contra-hegemônico, no qual se estabelecem formas alternativas de abordar a democracia. Assim, a representação, por si só, não garante o todo da sociedade. Os interesses do parlamento, por exemplo, podem ser muito específicos, comparados à grande massa de cidadãos que ajudaram a eleger os parlamentares. O reconhecimento da diversidade e pluralidade humana acontece à medida da ideia de bem comum, a partir de critérios de ênfase de uma nova gramática social e cultural, no entendimento da inovação social articulada numa nova institucionalidade da democracia.

A reinvenção da democracia participativa dos países do Sul surge como uma grande alternativa e está intimamente ligada aos recentes processos de democratização pelos quais passaram esses países com diferentes realidades, mas que sofreram amargamente com ditaduras de todos os sentidos. A ampliação democrática, de modo especial aqui no Brasil, mas, também, em outros países emergentes como África do Sul, Moçambique, Colômbia, Índia, Portugal, acabou contribuindo no processo de redefinição do seu significado cultural ou da própria gramática social vigente.

Segundo Santos (2009, p. 56), “todos os casos de democracia participativa estudados iniciam-se com uma tentativa de disputa pelo significado de determinadas práticas políticas, por uma tentativa de ampliação da gramática social e de incorporação de novos atores ou de novos temas à política”. Afirma o autor (2009, p. 56) que, no caso do Brasil, a democratização e a constituição de atores comunitários surgiu de modo semelhante à ideia do “direito a direitos”.

As novas realidades emergentes mostram que, apesar das muitas diferenças entre os vários processos políticos, todas elas

acabam por questionar o *status* hegemônico da representação e se apresentam como teoria contra-hegemônica de democracia. Os diferentes países do Sul, ou mesmo novos atores que implantaram as experiências de democracia participativa, colocam em questão uma identidade que lhes fora atribuída como possibilidade de propor alternativas a questões de ordem inclusiva. Afirma Santos (2009, p. 77) que “as novas democracias devem, se tal perspectiva estiver correta, transformar-se em novíssimos movimentos sociais, no sentido que o estado deve se transformar em um local de experimentação distributiva e cultural”.

As originalidades e as novas formas de experimentação institucional acabarão por potencializar o conjunto das novas emancipações. Pode ser o seu sujeito, de modo especial, a sociedade que reconhece nos cidadãos a grandeza social que forma a capacidade humana de inventar e de criar. As novas emancipações irão se aperfeiçoando à medida que houver reconhecimento das diferenças e diversidades. Nesse sentido, Santos (2009) aponta para três teses que poderão contribuir no fortalecimento da democracia participativa. A primeira é o fortalecimento da *demodiversidade*, ou seja, podem ocorrer diferentes e diversas experiências de democracia. A segunda aponta para o fortalecimento da articulação contra-hegemônica entre o local e o global. E a terceira tese remete à ampliação do experimentalismo democrático.

Henry Giroux (2008) reflete acerca da democracia, no dicionário de Freire, que remete à reconexão do pessoal e do político no sentido de vivenciar/ocupar o espaço entre o político e o possível. A luta pela democracia traz elementos radicais das quais a educação crítica é básica na mudança social e possibilita trabalharmos sobre a política como chave na compreensão de mundo. A crença e a defesa da/na democracia acontecem sempre à medida que pessoas se constituem como frentes de

resistência diante de instituições e ideologias que oprimem. Elas necessitam de espírito de luta e de consciência da possibilidade de situações sombrias, como difamações, prisões e exílios, pelo simples fato de pensarem diferente. Assim, mediadas por um sentimento de indignação e acreditando na educação, essas pessoas têm nas mãos as condições da atuação política diante de uma constante busca pela democracia.

Ao romper e procurar superar o paradigma da democracia tida como hegemônica, com as inúmeras formas com que ela foi abordada, na história das nações, muitos elementos são necessários e importantes de serem buscados em lugares e experiências exitosas. Dessa forma, a educação popular e os movimentos sociais contribuem para encontrar modos de refletir acerca de outras possíveis organizações da sociedade. Desse modo, reconhecendo a pluralidade cultural, racial, social e econômica na sociedade, traçamos alguns caminhos de abordagem da problemática de experiências contra-hegemônicas de democracia pelos movimentos sociais fundamentados na educação popular.

Educação popular

Ao refletir acerca da educação popular, diversas perguntas e formas de abordagem emergem. O que é mesmo educação popular? De que maneira compreendemos a educação popular? Quais são seus referenciais teóricos? Qual sua contribuição histórica?

A história da educação popular está intimamente ligada a grupos populares e, de modo especial, a seus movimentos sociais de luta “contra práticas culturais e educativas hegemônicas, tendo em vista a criação de uma nova ordem social, cultural, política e epistemológica” (STRECK *et al.*, 2014, p. 29).

A educação popular, inicialmente, com Paulo Freire, um dos principais teóricos desse campo, contribuiu ao pensamento pedagógico.

Atualmente, com o auxílio de muitos outros educadores, a educação popular consegue ser uma referência importante à atuação de grupos e movimentos sociais envolvidos pela questão da luta por uma sociedade mais acolhedora. Conforme Streck e colaboradores (2014, p. 82), a educação popular é uma educação participativa e comprometida com o conjunto de atores e os direitos do povo. Uma das suas principais características é utilizar o saber da comunidade como “matéria-prima para o ensino”, porém, sem desconhecer a ciência produzida.

A educação popular, ainda que envolvida em uma polissemia de expressões, é reconhecida como prática educacional e desenvolvida por educadores engajados na resistência das mais variadas formas de opressão, especialmente, no seio de movimentos, organizações sociais. Portanto, a educação popular não existe sem sujeitos-educadores, sem ações sobre a realidade e sem processo de organização e ação coletiva. (STRECK *et al.*, 2014, p. 83).

Para Brandão (2006), pensar sobre a educação popular visa sempre realizar uma revisão no sentido mais amplo da educação. Segundo ele, muitos têm a compreensão de que a educação popular não existe fora da escola, enquanto outros defendem que, na escola, não há educação popular. De fato, a educação popular não é um modelo único, de modo especial, quando aborda a questão da prática pedagógica, mas, uma prática regida pelas diferenças, que refletem acerca do sentido da educação e dos diferentes modos de ser, agir, interagir e conviver.

A educação popular é uma educação comprometida e participativa com a perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Ao utilizar e valorizar o saber da comunidade como “matéria-prima para o ensino”, ela considera o contexto maior da sabedoria popular, que acaba ampliando o ensino, a mobilização, a formação, enfim, o formar consciência da constituição dos diferentes atores

envolvidos na construção do conhecimento.

Além da conceituação e compreensão do que seja educação popular como prática social, o que caracteriza um educador popular? Para Streck e colaboradores (2014) conceituar o educador popular é incorporar quatro características principais: autonomia e rebeldia na ação do ser educador popular, criatividade metodológica, respeito às culturas locais e leitura da realidade.

Dessa forma, pela amplitude da educação popular, percebemos o desafio de incorporar o espírito e a vitalidade de um conjunto de forças presentes na efetivação desse processo pedagógico constante de luta, conforme auxilia a pensar Brandão (2006, p. 70):

O que justifica a Educação Popular é o fato de que o povo, no processo de luta pela transformação popular, social, precisa elaborar seu próprio saber... Estamos em presença de atividades de educação popular quando, independentemente do nome que levem, se está vinculando a aquisição de um saber (que pode ser muito particular ou específico) como um projeto social transformador. A educação é popular quando, enfrentando a distribuição desigual de saberes, incorpora um saber como ferramenta de libertação nas mãos do povo. [...] A educação popular vem sendo desenvolvida no interior de práticas sociais e políticas e é aí precisamente onde podem residir a sua força e a sua incidência.

Pensar a educação popular no atual contexto é um ato de resistência. O processo educativo está incorporado e assimilado no processo de resistência. O tema se inscreve na problemática de um movimento social. “Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais (GOHN, 2000, p. 20). Sztompka (1998, p. 465) se refere aos movimentos sociais como “coletivos fracamente organizados que atuam juntos de maneira não institucionalizada para produzir alguma mudança na sociedade”. Segundo Gohn (2000, p. 12), “os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das

estruturas sociais e organizações sociais”. Afirma a autora (2000, p. 13) que “não há um conceito sobre movimentos sociais, mas vários, conforme o paradigma utilizado”. Na visão de Touraine (1994, p. 254), um movimento social “é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural”. Assim, um movimento social implica um ator coletivo. Escreve Gohn (2000, p. 17) que “a ação coletiva de pressão e reivindicação [...] converteu-se nos anos 90 em ações voltadas para a obtenção de resultados”.

O desafio da educação popular é resistir ao paradigma de pensamento hegemônico que, por vezes, tentou esvaziar ou mesmo inibir a possibilidade de encontrar alternativas diante do discurso “único”, carregado de poder e de justificativas de atitudes e decisões sobre questões que interessam aos detentores do capital. Destaca-se o conflito por terras, apropriação de recursos naturais, apoio a grandes obras que impactam profundamente os ecossistemas, proposto como contraponto por um paradigma emergente que considera contextos, muitas vezes, invisibilizados. Diante disso, o desafio é o de procurar compreender os elementos que possam evidenciar a possibilidade das disposições de como diferentes frentes de resistência podem ser fatores determinantes na constituição de pessoas simples e humildes como seres que se empoderam no processo maior de um contexto amplo. A educação popular se coloca como um caminho alternativo desse processo de empoderamento dos diferentes sujeitos envolvidos na luta por direitos violados.

No processo da educação popular, o coletivo requer envolvimento e construção igualmente coletivos. A reflexão sobre diferentes problemáticas parte do princípio de que não basta uma mobilização de resistência em si, mas a afirmação da autonomia e do

empoderamento dos sujeitos envolvidos, por meio de um processo educativo de reconstrução dos laços sociais, culturais, grupais, ou mesmo comunitários, rompidos por uma sociedade que preconiza o individualismo. Na possibilidade de constituir modos alternativos, os da margem⁷, ou assim entendidos como marginalizados, são o foco da educação popular como uma metodologia para o caminho de resistências e constituição de alternativas.

Na educação popular existe um objeto de análise e reflexão, a partir da leitura da margem da sociedade. Decorre disso uma primeira questão: como pensar a educação popular a partir das margens? Segundo Edla Eggert (2013), as margens são as rebeldias necessárias presentes nos movimentos bem visíveis, comprometidos com transformações no mundo e com seus próprios limites, são o *habitat* da educação popular. Aquilo que elas provocam, pode ser inédito e, por isso, necessita ser incorporado, à medida que escrevemos, registramos e obtemos elementos de referência educativa, a partir daquilo que fica “fora”, disperso e esquecido.

As margens são simultaneamente as rebeldias necessárias presentes em movimentos bem visíveis, comprometidos com transformações no mundo e com seus próprios limites! Ficar à margem não significa total falta de poder e total marginalização. Há uma reciprocidade, uma dialética nesse ficar ou ser d/as margens. Há pequenos ganhos, avanços e retrocessos. (EGGERT, 2013, p. 144).

Pensar a margem como *habitat* da educação popular remete a uma reflexão do papel a exercer, uma vez que provocam marcas e acabam produzindo outras margens, isto é, rebeldias importantes na busca por direitos. O papel dos movimentos sociais são marcas

7. O conceito “a margem” pode ser refletido acerca de diferentes perspectivas: a sociológica, a educacional e a teológica. A margem é a possibilidade de incluir e fazer de pessoas, grupos, movimentos excluídos e invisibilizados ao longo da sua trajetória histórica uma oportunidade de serem sujeitos “incorporados”. O inédito das margens é pensar nas marcas provocadas. Autores que contribuem na reflexão sobre esse conceito são Danilo Streck e Edla Eggert.

numa sociedade, muitas vezes, marcadas pelas diversidades e, de modo especial, desigualdades que caracterizam a sociedade na qual o sistema capitalista é o vigente. Portanto, o inédito das margens acaba sendo o de teorizar as marcas provocadas pelo até então, talvez não refletido, ou mesmo, analisado enquanto uma experiência democrática de alternativa possível.

Incorporar as margens requer fazer a opção e isso acontece à medida que se pensa, escreve, registra e se obtém elementos fundantes que ficam de lado, dispersos e esquecidos. Na visão de Eggert (2013, p. 146), “a escrita é um estado inédito. E isso não só para si mesmo, mas para pensar teoricamente a produção e o conhecimento das margens”. Escrever e analisar, enfim, trazer à tona temas das margens são oportunidades de refletir acerca das marcas que elas produzem, ocasionando reflexões sobre temas até então desconsiderados.

Considerações finais

Na resistência, está a esperança de um futuro melhor que move os seres humanos. Como elemento central do ser humano que move são as possibilidades de pensar a educação popular e a democracia como duas questões vitais, porém frágeis, enquanto garantias permanentes. Por isso, o compromisso se estende a todas as pessoas conscientes de buscar aperfeiçoar os direitos como conquistas humanas de uma sociedade diferente, mais humana e solidária e que necessitam ser buscadas e garantidas a todo momento.

Ao debater e questionar a educação popular e suas implicações em processos de práticas sociais e democráticas, evidencia-se o direito de poder participar e a importância de envolver-se em diferentes espaços da sociedade. Ao olhar para a história dos movimentos sociais, pode-se perceber avanços e retrocessos que demonstram os constantes tensionamentos que existem na busca de uma sociedade mais

humana, justa e solidária. O direito de escolha e a participação de todo cidadão na vida social são conquistas em processos, por vezes, de resistência e de possibilidades de criatividade de participar como protagonista da história. A esperança de um futuro melhor como um elemento central do ser humano desafia a possibilidade de pensar a educação popular e a democracia como duas questões vitais, porém frágeis enquanto garantias permanentes.

O mundo acaba por ser refletido e pensado a partir do lugar que estamos inseridos e envolvidos, por isso, está aí como referência basilar. Em tempos de espetacularização das imagens e da violência, que beira à banalização da informação e da comunicação, em contexto político no qual parece ser estratégico criar medo associado a inúmeros casos de corrupção, surge a questão: Como pensar elementos éticos a partir da educação popular em prol de uma sociedade democrática?

Aprofundar e entender a história pode parecer um percurso desafiador no encontro com as formas de poder superar os privilégios, os quais representam riscos de perda de direitos da grande maioria da população. Sendo o Brasil uma nação altamente influenciada pela mídia, temos de tomar consciência que as mudanças não acontecem de maneira mágica e que um longo processo está pela frente. Há, contudo, a necessidade de atores que procurem ser protagonistas da caminhada histórica de emancipação. A luta necessita ser contínua e permanente, frente às injustiças que acontecem diariamente, assim como a capacidade de indignação diante da barbárie humana.

Acima de tudo, precisamos apostar numa cultura democrática que permeie os espaços de decisão, que caminhem por duas possíveis alternativas: criação de espaços para participação popular e o respeito às diferenças individuais, segundo aponta Silva (2014). Dessa forma, somos imbuídos todos/as de fazer frente à capacidade de resistir e a

necessidade de organizar-se, como frentes importantes pela luta da continuidade da democracia, que mesmo sendo frágil no seu modo de ser, inspira o melhor dos modos de vivências humanas, na luta constante de outro mundo ser possível, necessário e viável. Por vezes, por mais difícil que seja, é necessário

ver os lampejos e as luzes que despertam no cotidiano, a fim de que as pessoas humanas moldem sua história e se tornem agentes críticos no aspecto de encontrar alternativas reais de mudança frente a situações/experiências que despertem possibilidades concretas.

Referências

- BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006. 61 p.
- CATTANI, A. D. (org.). **Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor.** Porto Alegre: Editora da UFRGS; Petrópolis-RJ: Vozes, 2001. 263 p.
- EGGERT, E. As muitas margens da educação popular. In: STRECK, D.; ESTEBAN, M. T. (org.). **Educação popular: lugar de construção social coletiva.** Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 143-150.
- GALLEGO, E. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018. 128 p.
- GIROUX, H. A. Democracia. In: FREIRE, P.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org.). **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 123-127.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013. 192 p.
- JONAS, H. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 354 p.
- SADER, E. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana.** São Paulo: Boitempo, 2009. 192 p.
- SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007. 128 p.
- SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democratização participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 678 p.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2003. 176 p.
- SILVA, E. W. **Estado, sociedade civil e cidadania no Brasil: base para uma cultura de Direitos Humanos.** Ijuí: Unijuí, 2014. 304 p.
- STOMPKA, P. **A sociologia da mudança social.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 576 p.
- STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. **Dicionário Paulo Freire.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

STRECK, D. R. *et al.* **Educação popular e docência**. São Paulo: Cortez, 2014. 216 p.

TORRES, A. C. A educação popular como prática política e pedagógica emancipadora. *In*: STRECK, D.; ESTEBAN, M. T. (org.). **Educação popular**: lugar de construção social coletiva. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 15-32.

Submetido em 15 de dezembro de 2018.

Aprovado em 18 de fevereiro de 2018.